



CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

PEDIDO DE VISTA 02 / 2025

Visconde do Rio Branco, 15 de Outubro de 2025

Gabinete 03

À Secretaria da Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco-MG

I-RELATÓRIO

Em relação ao pedido de vista do Projeto de Lei Ordinaria 2228/2025 Dispõe sobre a "Proibição de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do tipo Supermercado, Hipermercado e similares no Município de Visconde do Rio Branco e dá outras providências", solicitado na Reunião Ordinária realizada no dia 14 de outubro de 2025. Comunico que foi realizada uma análise e estudo do referido projeto surgindo algumas dúvidas.


II- FUNDAMENTO

Solicito vista ao projeto de lei ordinaria número 2228/2025, pois o referido projeto Surgiu dúvidas, e entendo ser minha responsabilidade analisar minuciosamente cada projeto de lei antes de proferir meu voto, a fim de assegurar as decisões desta Casa Legislativa que sejam tomadas de forma consciente e responsável.

III- CONCLUSÃO

Por fim, requer vista do projeto de Lei 2228/2025, visando realizar diligências imprescindíveis para formar a convicção de voto de maneira técnica fundamentada e responsável.

Atenciosamente,



José Silvino Reis de Bittencourt
Vereador (NOVO)

*Recebi
15/10/25
[Signature]*



CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO
ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE VISTA 02 / 2025

Visconde do Rio Branco, 17 de Outubro de 2025

Gabinete 03

À Secretaria da Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco-MG

Senhor Presidente,

Nobres Colegas,

Em respeito ao princípio da devida deliberação legislativa e à relevância da matéria em questão, solicitei vista do presente projeto, com o fundamento de realizar diligências imprescindíveis para formar minha convicção de voto de maneira técnica, fundamentada e responsável.

A proposta, que impacta diretamente o setor produtivo, o emprego, os hábitos de consumo e a economia local como um todo, exige um aprofundamento analítico que vá além do texto legal, demandando a oitiva qualificada dos agentes econômicos e da sociedade civil. Para tanto, já foram iniciadas as seguintes ações, que justificam o presente pedido de vista:

Diligência junto à Associação Comercial e Industrial (ACIVRB): Foi expedido ofício solicitando um estudo técnico-econômico detalhado sobre os potenciais impactos da medida. Busca-se levantar dados concretos sobre:

- Geração e manutenção de empregos;
- Impacto no faturamento do setor e na arrecadação municipal;
- Viabilidade operacional dos pequenos estabelecimentos em suprir a demanda;
- Riscos de migração de consumidores e aumento da informalidade.

Esta diligência é essencial para que esta Casa Legislativa possa equilibrar os legítimos anseios de proteção ao pequeno comerciante com a necessária previsão de consequências econômicas e sociais mais amplas, evitando decisões baseadas em suposições.

Atenciosamente,



José Silvino Reis de Bittencourt
Vereador (NOVO)

Recebi
17/10/25
[Signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

buscador p. larmo.
20.433.033/0001-20
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL
DE VISCONDE DO RIO BRANCO
PRAÇA 28 DE SETEMBRO, 65
CENTRO - CEP. 36520-000
TEL. (32) 3551-2780
VISCONDE DO RIO BRANCO - MG

Ofício nº 06 /2025/GAB03

Visconde do Rio Branco, 17 de Outubro de 2025.

À

Associação Comercial e Industrial de Visconde do Rio Branco –
ACIVRB

Visconde do Rio Branco – MG

Assunto: Solicitação de Estudo Técnico-Econômico e
Posicionamento acerca do Projeto de Lei nº 2228/2025

Senhor Presidente,

Na qualidade de Vereador desta Casa Legislativa e no estrito cumprimento do meu dever de assessorar-me de todos os elementos de informação necessários para a correta apreciação de matérias submetidas a esta Casa, dirijo-me a Vossa Senhoria para solicitar, com urgência, a colaboração técnica da Associação Comercial e Industrial de Visconde do Rio Branco (ACIVRB).

O objeto da presente consulta é o Projeto de Lei nº 2228/2025, que "Dispõe sobre a proibição de funcionamento dos estabelecimentos comerciais do tipo supermercados, hipermercados e similares no Município aos domingos".

Reconhecendo a ACIVRB como legítima representante do setor produtivo local e detentora de ampla capacidade técnica para avaliar os impactos de políticas públicas na economia municipal, venho solicitar um estudo opinativo detalhado que possa

M.



CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

subsidiar o voto dos Nobres Pares Vereadores. Para tanto, sugiro, se possível, que o estudo contemple os seguintes eixos de análise e indagações específicas:

1. ANÁLISE MACROECONÔMICA E DE IMPACTO SETORIAL:

- a. Qual a estimativa de perda de faturamento anual para o setor de supermercados, hipermercados e atacarejos, considerando a proibição de um dia de operação por semana?
- b. Existe o risco de migração de consumidores para estabelecimentos em municípios vizinhos (como Ubá, Tocantins, etc.)? Em caso positivo, qual o potencial impacto econômico dessa "fuga de consumo"?
- c. Qual a projeção do impacto na arrecadação municipal de ISS e outras taxas, decorrente da redução do faturamento do setor?
- d. Como a medida pode afetar a cadeia de suprimentos (atacadistas, distribuidores, produtores rurais locais) que têm seu fluxo de vendas vinculado à operação dos grandes estabelecimentos?

2. IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO:

- a. É factível a realocação da mão de obra ou a manutenção dos atuais postos de trabalho com a redução da jornada operacional? Ou há risco concreto de demissões e redução de jornadas?
- b. Qual a estimativa de postos de trabalho formais potencialmente impactados, direta e indiretamente?



CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

c. Como fica a situação dos funcionários que dependem de horas extras e trabalho aos domingos (com remuneração diferenciada) para complementar sua renda familiar?

3. ANÁLISE DA CONCORRÊNCIA E DO PEQUENO NEGÓCIO:

a. Os pequenos estabelecimentos (atendendo aos critérios do art. 1º, §2º do PL) possuem, de fato, estrutura operacional, logística e financeira para assumir a demanda represada dos domingos?

b. Não há o risco de os pequenos comércios serem "engolidos" por uma eventual guerra de preços promovida pelos grandes grupos nos outros dias da semana, para recuperar o faturamento perdido?

c. A medida pode, paradoxalmente, incentivar a informalidade e o comércio ilegal aos domingos?

4. PESQUISA DE OPINIÃO E PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE:

a. A ACIVIRB possui ou pode levantar dados sobre a real vontade da população rio-branquense quanto ao funcionamento do comércio aos domingos?

b. Os consumidores estão dispostos a modificar seus hábitos de compra, concentrando-as de segunda a sábado, ou a se deslocarem para os pequenos bairros aos domingos?

5. ASPECTOS REGULATÓRIOS:

a. A complexidade dos critérios de exceção e o sistema de certificação previstos não podem se tornar uma barreira burocrática para os próprios pequenos empresários?



CÂMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO

ESTADO DE MINAS GERAIS

6. CENÁRIOS ALTERNATIVOS:

a. Existem alternativas a esta proibição total que poderiam alcançar o objetivo de valorizar o pequeno comércio e garantir o descanso laboral, sem um impacto econômico tão severo? (Ex.: limite de horário de funcionamento aos domingos, rodízio de abertura entre estabelecimentos, etc.)

Senhor Presidente, a gravidade e a abrangência desta proposta legislativa exigem um debate que transcende opiniões superficiais e se ancore em dados concretos, projeções técnicas e na escuta qualificada do principal setor impactado.

Confiamos na capacidade e no espírito público da ACIVRB para contribuir decisivamente com este processo. O resultado deste estudo será de valor inestimável para o plenário e será publicamente reconhecido.

Colocamo-nos à inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais e aguardamos um posicionamento da Entidade no prazo máximo de 30 (trinta) dias, visando a tempestividade da análise do projeto.

Atenciosamente,



José Silvino Reis de Bittencourt
Vereador (NOVO)